



Gazeta Mercantil - 11 Abr 2003

Crédito às distribuidoras deve ser liberado em dois meses

Empresas estimam que perda com adiamento da CVA chegue a R\$ 1,5 bi. O financiamento do governo para compensar as perdas das distribuidoras com o adiamento do pagamento do saldo da Conta de Variação da Parcela A (CVA) deverá ser liberado em 2 meses, declarou a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que se reuniu ontem com membros das representantes das empresas do setor elétrico. O encontro serviu para discutir o impacto das concessionárias com o adiamento e o que pode ser feito para equacionar o problema. Representantes do setor estimam que o total de perdas das empresas chegue a cerca de R\$ 1,5 bilhão.

"Nós iremos conceder a CVA, pois isso já foi pago pelas operadoras e é um direito delas receber", garantiu a ministra. A CVA foi criada em janeiro de 2002 para compensar as distribuidoras pelo aumento dos custos não-gerenciáveis (como taxas, impostos e preço pago pela energia dolarizada de Itaipu) ocorrido nos 12 meses anteriores ao reajuste da tarifa. Com o adiamento, a compensação da CVA referente ao período entre abril de 2002 e março de 2003 será feita em 24 parcelas, a partir de abril de 2004.

Durante o encontro, Dilma anunciou a criação de um grupo de trabalho formado por representantes do próprio ministério de Minas e Energia, em colaboração com o Ministério da Fazenda e o BNDES. Ficou marcada para a próxima semana uma nova reunião em que a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) também enviará representantes para colaborar com o governo na tentativa de definir com mais clareza como será a linha de crédito. A associação também deve apresentar o número preciso, por empresa, de quanto deve ser o financiamento.

O governo ainda não apresentou detalhes de como será feita a compensação, mas adiantou que os valores serão liberados em partes, através do BNDES, com recursos do Tesouro Nacional. Ainda não está definido em quantas parcelas será feito o empréstimo ou como será devolvido.

Justiça fora dos planos

Apesar das incertezas, o ânimo dos representantes do setor está, aparentemente, mais calmo. "Entendemos que houve uma necessidade política que obrigou o governo a não conceder o repasse, para não afetar os compromissos (com as metas de inflação). Agora também está buscando uma solução para resolver o problema", disse Luiz Carlos Guimarães, diretor da Abradee. Com a abertura ao diálogo, a associação descartou a possibilidade de solicitar na Justiça a reversão do adiamento.

A Abradee aproveitou a reunião para mostrar a dificuldade que as distribuidoras vêm enfrentando com a falta de liquidez e de crédito. "Queremos buscar, junto com o governo, uma saída para que o setor volte ao mercado de capitais", disse Guimarães. Entre as alternativas possíveis, ele destacou que seria importante alongar o perfil das dívidas das empresas e melhorar a situação de crédito junto aos bancos.

Guimarães negou a existência de qualquer solicitação de linhas de crédito do governo como forma de salvar as empresas. "Não estamos atrás de dinheiro do governo, queremos a colaboração na busca de alternativas", disse. Segundo ele, o governo vai avaliar a situação de cada companhia distintamente e pode encontrar soluções específicas por empresa ou grupo de empresas.

Ao afirmar que iria analisar as propostas da Abradee, Dilma disse que o esforço para sanear o setor deve ser coletivo e pediu que as controladoras das empresas também façam aporte de capital.

Para Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), as empresas precisam ter mais segurança de que o setor será auto-sustentável no futuro e que elas terão situação econômico-financeira saudável para voltar a investir. "É preciso acelerar o esforço de correção das regras. Só aí podemos pensar em novos aportes."